

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

VIOLÊNCIA QUE PERSISTE

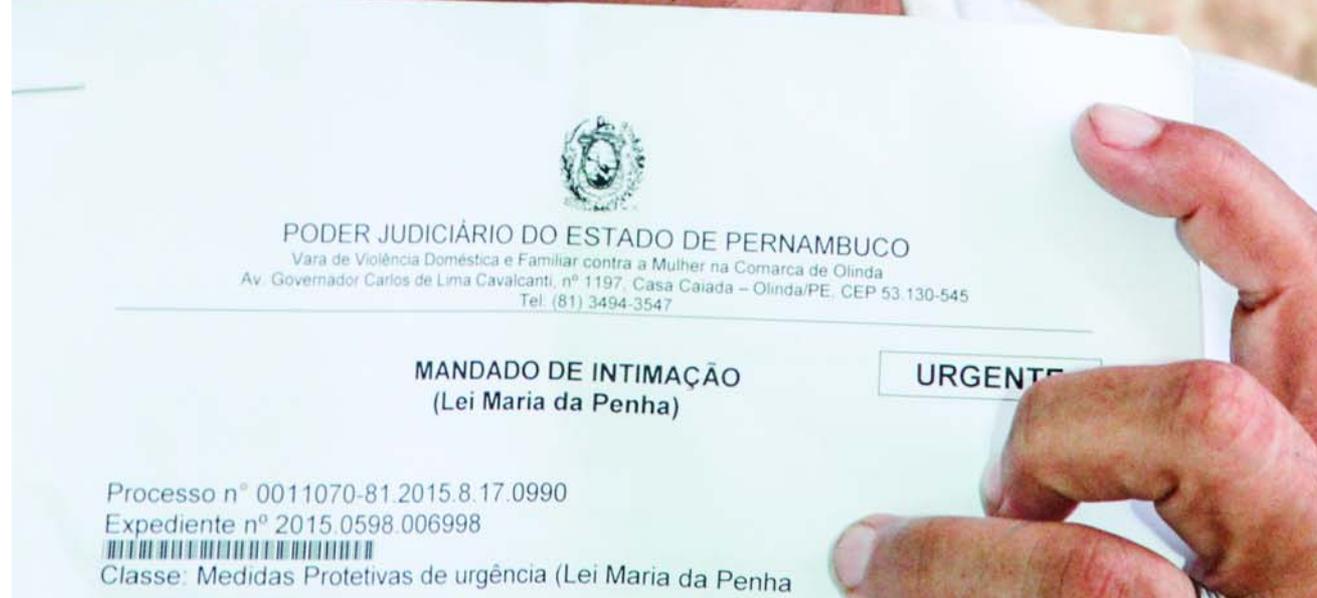
O Brasil detém a 5ª maior taxa de morte de mulheres, entre 83 países analisados pelo Mapa da Violência 2015

JARBAS ARAÚJO

Págs. 4 e 5



Diariamente, milhares de mulheres sofrem agressões e abusos cometidos por seus parceiros ou ex-parceiros. Joselma Bispo foi uma dessas vítimas. Graças à Lei Maria da Penha, ela conseguiu uma medida protetiva.



Assembleia Legislativa instala 37ª CPI da história do Poder

CPI dos Cursos Superiores Irregulares iniciou trabalhos no dia 15 de outubro. Colegiado apura denúncias contra faculdades que ofereceriam cursos de extensão equivalentes aos de graduação.

Pág. 3

Legislação ambiental é alterada para atrair empreendimentos

Com o argumento da geração de empregos e renda para a população, projetos autorizam simplificação de processos de licenciamento ambiental e retirada de vegetação em áreas de preservação permanente. Matérias foram debatidas na Alepe.

Pág. 7

Fruticultura e produção de vinhos elevam Estado no cenário nacional

Na última matéria da *Série Polos de Desenvolvimento* do Tribuna Parlamentar, destaque para a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. A seca que assola a região desde 2010 também é abordada.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

Medalha 180 anos

O encerramento das comemorações do aniversário da Alepe foi marcado pela entrega da Medalha dos 180 anos do Poder Legislativo de Pernambuco. A Reunião Solene foi realizada no último dia 30, no Teatro de Santa Isabel, centro do Recife. Deputados estaduais da 18ª Legislatura e autoridades do Estado receberam a comenda. O presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), ressaltou a importância do Poder como instrumento de participação política. “Desde sua criação, a Assembleia foi espectadora, mas, principalmente, protagonista da história de Pernambuco e do Brasil”, afirmou.



GIOVANNI COSTA

Procon na Assembleia

Uma parceria entre o Poder Legislativo e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos promoveu atendimento do Procon-PE à população nas dependências da Assembleia Legislativa. Após cinco semanas de funcionamento, o mutirão foi encerrado no dia 20 de novembro. Durante o período, pessoas em débito com a Celpe, Compesa, NET, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), empresas de telecomunicações e bancos compareceram à Casa Joaquim Nabuco para negociar suas dívidas. Segundo o Procon-PE, cerca de dez mil pessoas foram atendidas. Entre as empresas participantes, a Compesa foi a que atingiu o maior percentual de acordos: 99,64%, num total de mais de 500 atendimentos.

Jogos Alepe

Para promover maior interação entre os servidores e incentivar a prática de esportes, a Assembleia realizou a 1ª edição do Projeto Jogos Alepe. O evento aconteceu no dia 27 de novembro, no Círculo Militar do Recife. Ao todo, 68 pessoas participaram. Entre as modalidades, futebol, vôlei, basquete, natação e xadrez. Os vencedores foram premiados com troféus e os vice-campeões com medalhas.

LEGISLATIVO EM FOCO

Violência contra a mulher nas letras das leis e das canções

Tema escolhido para a redação do Enem e para o Tribuna Parlamentar, “A persistência da violência contra a mulher” ganhou as ruas e redes sociais em outubro. Uma das causas do debate foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 5069/2013, do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A matéria dificulta o atendimento às vítimas de violência sexual e a realização do aborto previsto em lei. Além disso, os comentários com teor sexual direcionados a uma participante de 12 anos do programa televisivo MasterChef desentendaram mais de 80 mil relatos sobre os primeiros assédios sofridos por mulheres - a maior parte tinha entre 8 e 12 anos, na época dos fatos. Nos últimos anos, o Legislativo tem buscado responder à demanda das mulheres por meio de leis como a Maria da Penha, de 2006, e do Feminicídio, de março deste ano. Essas iniciativas se afinam com os álbuns lançados recentemente por Karina Buhr (Selvática) e Elza Soares (Mulher do Fim do Mundo). Na faixa Esôfago, a cantora pernambucana denuncia um “mal permanente” causado como sinal de um “amor profundo”. Já Elza escancara o tema logo nos primeiros versos de Maria da Vila Matilde: “Cadê meu celular? / Eu vou ligar pro 180 / Vou entregar teu nome / E explicar meu endereço”. E, no final, arremata: “Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim”.



Fique Sabendo

Ficou interessado em saber mais?

Ouçá a música “Maria da Vila Matilde”, de Elza Soares, que trata da violência contra a mulher:



VOCÊ NA ALEPE



Rosineide Oliveira
Jornalista
Em audiência pública da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa sobre casos de negligência e erros médicos, em 10/11.

“Vim aqui para apoiar a luta do movimento de vítimas de erro médico no Estado. Minha família passou por isso recentemente, com a perda de uma sobrinha, aos 26 anos, após cirurgia bariátrica. Contar essa experiência contribui para o debate, até porque, mesmo com várias denúncias e processo na Justiça, esse médico continua exercendo a profissão.”



Moisés Maciel Aureliano
Desempregado
Em audiência pública da Comissão de Educação que discutiu a Lei Federal nº 13.106/2015, sobre a proibição do uso do álcool para crianças e adolescentes, em 13/11.

“Na maioria das vezes, o incentivo à compra de bebida parte da própria família do jovem, quando pede para que ele faça isso. Minha preocupação é como se dará a investigação nos lugares mais carentes. Por isso, é importante discutir o tema para saber o que os governantes estão fazendo em benefício de toda a sociedade.”



Alberico Passos
Conselheiro da Unidade de Saúde Hospital da Restauração
Em reunião ordinária da Comissão de Cidadania, com a presença de conselheiros das Unidades de Saúde de vários hospitais do Recife, em 17/11.

“A população tem que estar presente num espaço político para cobrar aquilo que foi prometido nas campanhas. Por isso, precisamos apresentar nossas demandas para ter representação em todas as nossas ações.”

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● CPI

Comissão Parlamentar de Inquérito investiga cursos superiores irregulares em Pernambuco

Em toda a história da Alepe, 37 colegiados foram criados para apurar os mais variados tipos de denúncias

Edson Alves Jr.

Com a instauração da CPI dos Cursos Superiores Irregulares, que teve início no último dia 15 de outubro, a Assembleia Legislativa de Pernambuco criou a 37ª Comissão Parlamentar de Inquérito da sua história. O colegiado investiga a suspeita de que algumas faculdades oferecem cursos de extensão – modalidade mais curta, voltada à qualificação de profissionais –, afirmando serem equivalentes aos de graduação.

“Essas instituições copiam o currículo dos cursos superiores, mas só dedicam dez horas-aula para disciplinas que deveriam ter 60 horas de conteúdo”, denunciou Licínio Lustosa, representante da Associação das Instituições de Ensino Superior de Pernambuco, na reunião de instalação da CPI. As informações foram confirmadas por alunos dessas faculdades, em depoimentos, e por materiais pu-

blicitários apresentados à Comissão.

As denúncias dessas possíveis fraudes já haviam motivado uma audiência pública, realizada no dia 23 de setembro. Para investigar os fatos, a CPI tem mantido contato com instituições como o Ministério da Educação, Polícia Federal e Ministérios Públicos Federal e Estadual. “Precisamos punir os responsáveis por essas fraudes, mas também procurar relocar os alunos que foram prejudicados”, ressaltou o presidente da CPI, deputado Rodrigo Novaes (PSD). “Além disso, considero preocupante que esse problema não esteja sob o olhar do Ministério da Educação”, opinou o deputado.

O diretor-geral da Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire), Jean Alves Cabral, negou as acusações. Em depoimento, ele argumentou que “os estudantes são informados de que os cursos da entidade não equivalem aos de graduação e não asseguram a emissão de diploma universitário”.

O diretor da Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso), professor Célio da Costa Silva, foi detido na reunião realizada no dia 18 de novembro. Segundo Rodrigo Novaes, ele cometeu crime de falso testemunho por ter entrado em contradição a respeito do funcionamento da Funeso em outros Estados.

PODERES DA CPI

Comissões Parlamentares de Inquérito permitem que uma investigação seja feita com a pluralidade de pontos de vista do Poder Legislativo, que representa diferentes setores da população. “A CPI tem essas duas características: de um lado, chama atenção da sociedade, o que permite surgirem mais denúncias sobre o fato investigado. Por outro, oferece prerrogativas que nenhuma outra Comissão tem, dando poder de polícia ao trabalho dos deputados”, explicou Novaes.

No papel de investigadores, os parlamentares podem ouvir pessoas de forma coercitiva, ou determinar a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal. “É importante lembrar

que, para a Comissão restringir algum direito, como quebrar um sigilo bancário, a iniciativa tem que ser colegiada. Não pode ser definida por um deputado isolado”, ressaltou o procurador-geral adjunto da Assembleia Legislativa, Hélio Lúcio Dantas. Além disso, há medidas que só podem ser tomadas pela CPI com autorização do Poder Judiciário, como realização de interceptação telefônica, indisponibilidade de bens e busca e apreensão de documentos.

As CPIs, no entanto, não têm poder para julgar e condenar pessoas. Seu resultado final é um relatório que é encaminhado para órgãos como Ministério Público e Tribunal de Contas, por exemplo.

O documento também pode incluir propostas de mudança de leis. A detenção de uma pessoa determinada pela Comissão, como ocorreu com o diretor da Funeso, só pode ocorrer se for verificado um crime em flagrante.

HISTÓRIA

O instituto das CPIs foi estabelecido no Brasil com a Constituição

de 1934. Na Alepe, a primeira investigação aconteceu em 1961, para apurar irregularidades na cobrança de impostos pelo Governo Estadual.

Mas a atuação investigativa do Poder Legislativo foi limitada em períodos autoritários, como o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985). “Foi a partir da Constituição de 1988 que as CPIs passaram a ter mais força, ganhando prerrogativas jurídicas e policiais”, observou o deputado Romário Dias (PTB), que assumiu seu primeiro mandato em 1990.

Algumas CPIs instaladas após a redemocratização do País, em 1985, acompanharam episódios marcantes da história recente de Pernambuco. Entre eles, a morte de 73 pacientes que faziam hemodiálise, em 1996, no Instituto de Doenças Renais (IDR) de Caruaru, e o desabamento de prédios-caixão no Recife e região metropolitana.

O combate ao tráfico de drogas e à pistolagem, irregularidades na venda de remédios, combustíveis e água mineral também foram outros temas investigados.

Confira algumas das CPIs da Alepe

Ano	Assunto	Descrição
1961	BÔNUS-BS	Primeira CPI da Alepe, apurou aplicação do "Bônus-BS", adicional de 0,5% sobre o Imposto de Vendas e Consignações (IVC), antecessor do atual ICMS.
1979	MATA DO ENGENHO UCHOA	Primeira CPI ecológica do país, investigou derrubada de mata atlântica no antigo Engenho Uchoa, no Recife, e ajudou a proteger a área.
1996	HEMODIÁLISE	Investigou a intoxicação dos pacientes do Instituto de Doenças Renais – IDR, em Caruaru, que causou a morte de 73 pessoas.
2000	NARCOTRÁFICO E PISTOLAGEM	Levantou informações e dados sobre o narcotráfico, crimes de pistolagem, grupos de extermínio e violência contra crianças e adolescentes.
2005	HABITAÇÃO	Motivada pelo desabamento do Edifício Areia Branca, em outubro de 2004, apurou o risco dos prédios-caixão na Região Metropolitana do Recife.
2007	CELPE	Comissão investigou os aumentos de energia ocorridos após a privatização da Celpe, e também abusos da empresa na relação com os clientes.

● VIOLÊNCIA

Legislação é insuficiente para combater

Do ano de 2006, quando foi sancionada a Lei Maria da Penha, a 2013, o índice de

André Zahar

No dia 25 de outubro, cerca de seis milhões de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foram convidados a escrever sobre “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Durante as cinco horas e meia disponíveis para a prova, mantidas as médias nacionais, uma mulher foi morta pelo companheiro ou ex-companheiro, 90 buscaram atendimento no sistema público de saúde, devido a alguma violência doméstica, e 300 sofreram estupro.

Desse número, apenas 30 chegaram ao conhecimento de alguma autoridade policial.

A violência contra a mulher persiste mesmo após a sanção, em 2006, da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. De acordo com o Mapa da Violência 2015, daquele ano para 2013, o índice de homicídios de mulheres cresceu 12,5% no País, chegando a 4,8 por 100 mil habitantes. Conforme o levantamento, o Brasil possui a quinta maior taxa entre 83 países analisados.

No caso de Pernambuco, o relatório apresenta melhores índices. O Estado foi o único do Nordeste a re-

duzir os números de assassinatos de mulheres, recuperando dez posições em uma década no ranking nacional.

Mais de 46 mil processos tramitam nas Varas de Violência Doméstica e Familiar em Pernambuco

Em 2003, Pernambuco possuía a quinta maior taxa entre os Estados brasileiros e, em 2013, caiu para a

15ª: 5,5 por 100 mil habitantes. Após a Lei Maria da Penha, houve uma redução de 22,3% desses crimes em Pernambuco.

Na avaliação de especialistas, isso ocorreu como efeito do Programa Pacto pela Vida, que conta com uma câmara técnica para o enfrentamento da violência de gênero e ações como a implementação de casas-abrigo, central de atendimento, Centros de Referência de Atendimento às Mulheres (Crams) em 22 municípios e as Patrulhas Maria da Penha.

Autora da tese de doutorado em sociologia *Como Morre uma Mulher? Configurações da Violência Letal contra Mulheres em Pernambuco*, apresentada

em 2014, a servidora pública Ana Paula Portella atribui a desigualdade nos resultados obtidos em cada Estado à forma como gestores locais enfrentam o problema. Ela ressalta ainda que, no caso de Pernambuco, a redução não foi uniforme, pois a mortalidade de mulheres brancas no Estado (1,5 por 100 mil) é a terceira menor do País enquanto a de negras (7,2) é a oitava maior.

“Isso reflete a questão da criminalidade urbana, conjugada a outros fatores que vulnerabilizam mais as mulheres negras, como o menor acesso a educação, renda, redes de proteção e serviços de saúde”, diz Ana Paula.

Deputada defende políticas afirmativas e cotas para ingresso no Poder Legislativo

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Simone Santana (PSB) considera que as políticas públicas adotadas em Pernambuco são um exemplo para o País. Na avaliação da deputada, para o avanço continuar, o grande desafio é a educação. Com relação ao maior número de vítimas de cor negra, ela defende políticas públicas afirmativas para mudar a condição histórica de exclusão social.

No âmbito do Legislativo, a parlamentar destaca o papel da Assembleia em promover debates, dentro e fora de sua sede, para que as mulheres se empoderem e passem a lutar por seus direitos. “Muitas ainda não sabem sequer

que estão sendo violentadas, tamanha a situação de submissão”, alerta.

Para corrigir a sub-representação feminina nas Casas Legislativas, Simone apoia a Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2015, aprovada pelo Senado. A PEC estabelece cotas para mulheres nos Legislativos municipais, estaduais e federal, além da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nas três legislaturas subsequentes à promulgação da emenda. O texto prevê a reserva de 10% das cadeiras na primeira legislatura; de 12% na segunda; e de 16% a partir da terceira. A PEC ainda será analisada pela Câmara dos Deputados. Essa

medida não inclui o Senado.

“Em Pernambuco, desde a conquista do voto feminino em 1932, só tivemos três deputadas federais. Se fizermos uma correlação proporcional com a população, a cota ainda vai estar bem aquém, mas será um avanço”, observa.

A deputada discorda da aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 5.069/2013, de autoria do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB). Na contramão da Lei Maria da Penha, de 2006, e da Lei do Feminicídio, sancionada em março deste ano – que endurecem a punição a casos de violência contra a mulher –, a

proposição de Cunha dificulta o atendimento às vítimas de violência sexual e a realização do aborto previsto em lei.

Simone Santana é autora de um substitutivo ao Projeto de Lei nº 512/2015, do deputado Clodoaldo Magalhães (PSB), que obriga diversos tipos de estabelecimentos comerciais a divulgar o serviço de disque-denúncia de violência, abuso e exploração sexual contra a mulher.

Em 2013, a Alepe instituiu o Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher, que destaca prefeituras pernambucanas que desenvolvem políticas que promovem a igualdade de gênero.



Deputada Simone Santana, que preside

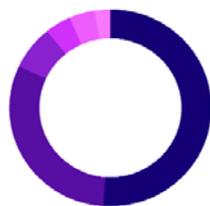
Agressões



147.691

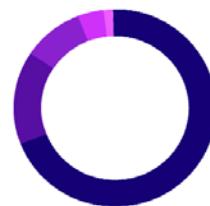
atendimentos do SUS por violência contra a mulher no Brasil

Tipos de violência



51,1% ● Física
30,9% ● Psicológica
7,3% ● Moral
4,2% ● Cárcere privado
4,0% ● Sexual
2,5% ● Outras

Perfil do agressor



70,7% ● Relações heteroafetivas
15,3% ● Relações familiares
9,6% ● Relações externas
4,3% ● Outras relações
0,2% ● Relações homoafetivas

Estupros



2014

47.646

casos registrados em todo o País

Combater crimes contra mulheres

Assassinatos entre vítimas do sexo feminino aumentou 12,5% no Brasil

A secretária estadual da Mulher, Sílvia Cordeiro, assinala que, apesar do aumento dos homicídios como um todo este ano, os dados mensais apontam uma tendência de diminuição das mortes violentas de mulheres. Sobre a vitimização de negras, ela afirma que a relação entre machismo, racismo e pobreza entrará no planejamento da pasta. “Vamos buscar estratégias para compreender essa relação e criar mecanismos para a redução, como campanhas de prevenção com esse foco”, acrescenta.

JUSTIÇA

Em novembro deste ano, mais de 46 mil processos tramitavam

nas sete varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado. Por mês, em média, 1.057 novos casos são abertos. Titular da 2ª Vara da Capital, a juíza Marylúcia Feitosa enfatiza que as mortes muitas vezes são o desfecho de um ciclo de violência iniciado com outras formas de abuso.

“Em 70% dos casos, são pedidas medidas protetivas de urgência, ou seja, uma ordem para o homem se afastar, sob pena de ser monitorado com tornozeleira eletrônica ou preso. Buscamos reprimir crimes menores para evitar os maiores”, aponta a magistrada.

RINALDO MARQUES



Comissão de Defesa da Mulher, diz que há desconhecimento de direitos



JARBAS ARAÚJO

Joselma carrega cicatrizes das agressões sofridas por mais de 25 anos

“Fui salva pela Lei Maria da Penha”

Repleto de marcas, o corpo de Joselma Bispo dos Santos, 48 anos, é testemunha dos maus-tratos sofridos durante o relacionamento de mais de duas décadas com o ex-marido. As cicatrizes de faca na coxa, de tesoura no peito e as sequelas de esganamento no pescoço também resumem uma grande parte das situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, país afora.

Funcionária pública e integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Recife, Joselma conta que começou a sofrer os abusos logo após se casar, aos 16 anos. Dois anos antes, recebera ameaça com faca quando namoravam.

Segundo relata, ao se mudar de Olinda com o marido para o Engenho Maranguape, em Paulista, ele buscou isolá-la do mundo ex-

terior, inclusive forçando-a a tomar remédios para dormir. E as agressões passaram a ocorrer, pelo menos uma vez por mês, por motivos corriqueiros. Como, por exemplo, quando ela chegava tarde do trabalho ou se recusava a manter relações sexuais. Os dois filhos de sangue e a filha de criação também se tornaram vítimas.

Joselma passou a andar completamente coberta para esconder as marcas e sofreu dois abortos provocados pelas brigas. Ela diz que chegou a pensar que tinha culpa pelo que sofria, mas ganhou maior consciência quando passou a trabalhar na Prefeitura de Paulista, onde recebeu assistência social e assistiu a palestras sobre o assunto.

“Morei com ele por 23 anos. Em 2005, partiu para cima de mim e de uma das minhas filhas com

uma faca. Deixei tudo para trás e fui embora com elas nos braços. Se eu não tivesse feito isso, estaria morta. Mesmo assim, um ano depois, ele pediu para eu voltar e, quando recusei, ele tentou me enforcar”, narra.

Depois desse episódio, graças à Lei Maria da Penha, Joselma conseguiu uma medida protetiva que o manteve afastado, segundo ela, por cinco anos. Ainda assim, no último mês de outubro, o ex-marido voltou a ameaçá-la, obrigando-a a buscar uma nova medida protetiva.

“Fui salva pela Maria da Penha. Ainda tenho medo e posso até morrer, mas acredito na lei. E digo às mulheres que não se iludam. Denunciem e deixem tudo para trás, se for preciso. Vocês não merecem apanhar.”



- 6,7% em relação ao ano anterior (2013)

Cerca de 527 mil casos ocorrem por ano no Brasil, dos quais apenas 10% são notificados (Ipea).

Perfil das vítimas

- 88,5% Sexo feminino
- 70% Crianças ou adolescentes

Perfil do agressor

- 70% Parentes, namorados, amigos ou conhecidos da vítima

Feminicídio



4.762 homicídios registrados no País



2.394 cometidos por um familiar da vítima



1.583 por parceiro ou ex-parceiro

Fonte: Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil

● CIDADANIA

Alepe abre espaço para educação inclusiva

Luciano Galvão Filho

roduzir leis é a principal função dos parlamentos. Somente neste ano, a Assembleia Legislativa de Pernambuco concebeu 208 alterações na legislação estadual, até a metade de novembro. Com tantas mudanças, especialistas de diferentes áreas ponderam que, mais importante do que criar novas normas é garantir que aquelas já existentes sejam cumpridas. Atenta a isso, a Alepe promove, desde outubro, o curso Inclusão do Aluno com Necessidade Educacional Especial, na Escola do Legislativo, que orienta professores sobre estratégias pedagógicas e adaptações do currículo e dos



ROBERTO SOARES

Gestores de escolas estaduais, municipais e particulares foram capacitados

estabelecimentos de ensino para promoção da educação inclusiva.

“Embora o Poder Legislativo não tenha o dever de implementar políti-

cas públicas, a inclusão merece atenção do Estado como um todo”, enfatiza a procuradora da Alepe e idealizadora da capacitação, Juliene Viana.

“Com essa formação, queremos dar ferramentas aos educadores para que eles possam multiplicar o conhecimento em suas escolas”, observa.

Na abertura do curso, a professora Rejane Maia apontou que os ambientes escolares são, em geral, “redutos de exclusão”, embora o direito à educação seja garantido às pessoas com deficiência desde o Plano Nacional de Educação a tratados internacionais assinados pelo Brasil. “A escola inclusiva é aquela que se organiza para que as diferenças não sejam desigualdades”, definiu Rejane, na ocasião.

A analista da Secretaria Estadual de Educação Michele Lisboa considera que incluir não é tarefa simples. “Ainda precisamos vencer uma grande barreira: a atitude da sociedade

diante das pessoas com deficiência”, aponta a educadora, ela mesma deficiente visual. Ângela Lira, mãe de uma criança com autismo, relata que as instituições de ensino não costumam contar com quadros qualificados para acompanhar estudantes especiais, e as particulares muitas vezes cobram mensalidades mais altas para alunos com deficiência. “Aconteceu com minha filha. Os pais ficam reféns das escolas”, considera.

O curso na Escola do Legislativo capacitou cerca de 70 gestores das redes estadual, municipal e particular, distribuídos em três turmas. A Assembleia Legislativa também planeja publicar uma cartilha sobre o tema, com orientações voltadas a pais de pessoas com deficiência e a profissionais da educação.

AGORA É LEI

Pequenos produtores rurais podem expandir negócios na pecuária leiteira

Gabriela Bezerra

A possibilidade de comercializar, além do leite, os seus derivados, tem animado pequenos produtores rurais. Edson Félix Costa é um deles. Há 25 anos produzindo leite em Altinho (Agreste), ele já traça planos a partir da Lei Estadual nº 15.607/2015. “Agora vou começar a fazer investimentos para construir uma pequena fábrica de queijos e seus laticínios.”

Sancionada em outubro, a nova lei torna possível esse comércio por meio de alvará sanitário. Pernambuco é detentor de uma invejável produção no setor: cerca de 1,7 milhão de litros de leite são produzidos por dia no Estado, de acordo com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro).

De acordo com Edson, que vende sua produção de leite – uma média de três mil litros por dia – para indústrias, a expansão das suas possibilidades de comércio pode resultar num incremento da renda. “Atualmente, só temos a opção de comercializar com as indústrias, mas não tem sido tão rentável, uma vez que muitas optam pelo leite em pó”, destacou.

No sentido de ampliar o leque de opções de comércio desse grupo, o Sindicato dos Produtores de Leite de Pernambuco (Sinproleite-PE) dialogou com o deputado Claudiano Martins Filho (PSDB). O parlamentar é autor do PL nº 141/2015, que deu origem à lei.

“Esse era um pleito antigo dos produtores que o deputado abraçou”, disse Saulo Malta, presidente do Sinproleite-PE. Ele ressaltou, ainda, que “a grande indústria não tem olhos para os produtores de leite”. Na sua avaliação, a lei trará mais produtores para o comércio formal. “Atualmente, apenas um terço do leite de Pernambuco é produzido em estabelecimentos formalizados”, diagnosticou.

A preocupação em melhorar as condições dos produtores, inclusive, foi a principal motivação do deputado Claudiano Martins Filho para a proposição da matéria. O parlamentar destacou também outros desdobramentos da lei na cadeia produtiva do leite. “Ao regulamentar a pequena produção, vamos garantir maior segurança alimentar para o consumidor final, que terá certeza de estar consumindo um produto de qualidade, e maior geração de receita tributária para o Estado”, enfatizou. No

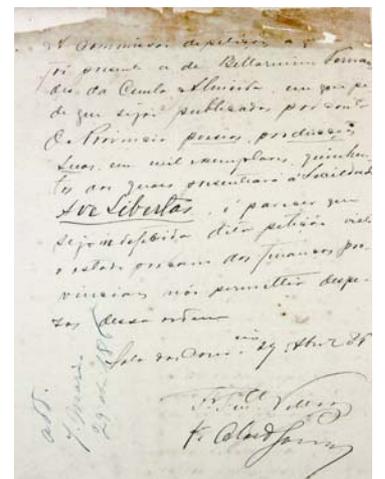
dia 6 de maio deste ano, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural da Assembleia Legislativa realizou debate sobre o tema com pequenos e médios produtores e a Adagro.

Elencada como um dos órgãos competentes para expedição da licença sanitária, com secretarias municipais de Agricultura ou Vigilâncias Sanitárias dos municípios, a Adagro contabiliza que Pernambuco conta atualmente com 20 usinas de beneficiamento de leite, 43 queijarias artesanais e 19 fábricas de laticínios.

Na concessão da licença sanitária, que compreende também o registro do estabelecimento e de seus produtos, além do alvará sanitário, autorizando a comercialização dos produtos, serão observados: princípios básicos de higiene e saúde necessários à garantia de integridade dos produtos e saúde do consumidor, além de condições gerais de instalações, equipamentos e práticas operacionais. O texto da lei considera pequena fábrica rural (de?) laticínios estabelecimentos de propriedade ou sob a gestão de produtor rural, pessoa física, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 500 metros quadrados.

Documento Histórico

Em 9 de janeiro de 2003, foi instituída a Lei nº 10.639, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas básicas e o Dia da Consciência Negra, sancionado, posteriormente, pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data é uma homenagem a Zumbi, escravo que liderou o Quilombo dos Palmares, em Alagoas. Ele morreu em 20 de novembro de 1695. Símbolo do combate pelo fim da escravidão, que só chegaria com a abolição, em 13 de



maio de 1888, Zumbi representou a luta de um povo guerreiro. Em petição de 6 de abril de 1886 (foto), enviada à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, Bellarmino Fernandes da Cunha Almeida solicitou concessão de subvenção para publicação de mil exemplares de poesias e outras produções de sua autoria, dos quais 500 seriam destinados à Sociedade Ave Libertas.

O valor arrecadado com a venda das publicações seria usado em favor da libertação de escravos. Houve muitas outras maneiras de luta e resistência contra a escravidão. Foram quase 400 anos de cativeiro e sujeição às mais diversas formas de crueldade. Justiça se faz aos africanos e descendentes ao lembrar, com o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), suas contribuições para a formação da sociedade, cultura, economia, religião e história do País.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Petição de Bellarmino Fernandes da Cunha Almeida, de 6 de abril de 1886. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O documento supracitado pode ser consultado no Arquivo Geral da Alepe, custodiado pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

● DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mudanças na legislação ambiental do Estado aquecem debate sobre crescimento econômico responsável

Ivanna de Castro

O conceito de desenvolvimento sustentável, que busca garantir o crescimento econômico articulado a conquistas sociais e à preservação ambiental, é uma demanda atual e necessária da sociedade. Tal processo ganha força nas atividades da Casa Joaquim Nabuco. A Assembleia Legislativa vem sendo palco de recorrentes debates sobre projetos de lei que, com a finalidade de atrair empreendimentos, empregos e renda para a população de Pernambuco, autorizam a simplificação de processos de licenciamento ambiental e a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs).

O debate em torno do tema ficou mais intenso no último mês, quando foi aprovado na Casa o Projeto de Lei nº 407/2015, de autoria do Poder Executivo, que simplificou



Supressão de vegetação em nome do interesse social preocupa

exigências estabelecidas no Código Florestal do Estado (Lei 11.206/95). A matéria dispensou a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) quando a supressão de vegetação ocorrer em

razão de “interesse social” ou for de “baixo impacto”. Paralelamente a esse processo, foi aprovado o PL nº 396/2015, proposto pelo deputado Antônio Moraes (PSDB), que aumenta a altitude considerada mínima – de 750 para 1100 metros

– para que a vegetação de determinada área seja classificada obrigatoriamente como APP.

A presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Simone Souza, explicou, em audiência pública promovida em outubro pelas Comissões de Meio Ambiente e de Justiça da Alepe, que as mudanças têm a finalidade de facilitar o processo para os pequenos proprietários de terra. “O EIA/Rima são estudos caros e complexos, sendo inacessíveis para muitos produtores que, às vezes, querem apenas fazer pequenas melhorias em suas propriedades”, observou. Ela assegurou, no entanto, que as exigências continuam grandes para os empreendimentos de maior porte. “A proposta é que se usem tipos de estudos diferentes, de acordo com as características dos empreendimentos.”

Sobre o objetivo do PL nº 396/2015, Simone explicou que há municípios que estão situados inteiramente a mais de 750 metros

de altitude. Segundo ela, isso fazia com que qualquer intervenção na área passasse por um processo de licenciamento ambiental, “independentemente do tipo de vegetação e da extensão da obra”. O representante do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, promotor André Felipe Menezes, acredita, no entanto, que a simplificação do processo trará prejuízos à sociedade. “Caro é um dano ambiental irreparável, e não o EIA/Rima”, avaliou.

Principal opositor às propostas na Assembleia, o deputado Edilson Silva (PSOL) acredita que leis pouco rígidas e falhas na fiscalização podem se tornar as causas de acidentes ambientais graves, como o ocorrido recentemente em Mariana (MG). “Ao aprovar o PL nº 407, a Alepe se torna corresponsável por eventuais desequilíbrios ambientais que possam vir a comprometer o futuro das novas gerações”, sentenciou.

Desmatamento em benefício de rodovias e energia eólica

Sob o argumento da promoção do desenvolvimento sustentável, outro conflito emerge dos projetos de lei que tramitam na Assembleia. Para dar lugar a obras de melhorias estruturais à população, como a implantação de rodovias ou projetos de energia eólica – clamados pela sociedade por ser essa uma energia alternativa mais limpa –, autoriza-se a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs). Segundo dados divulgados pela CPRH, entre 2007 e 2015, foram aprovadas no Estado 51 leis que permitiram a retirada de 5.034 hectares de vegetação nessas APPs.

Este ano, seis matérias sobre a questão foram aprovadas pela Alepe (ver quadro). Entre elas, os Projetos de Lei de nº 128 e 457/2015, que autorizam a remoção de vegetação em cerca de 340 hectares de APPs para a implantação de dois parques eólicos em Pernambuco: o Complexo Ventos de São Clemente, a ser instalado nos municípios de Caetés, Pedra e Venturosa, no Agreste, e o Complexo Ventos de Santo Estevão,

em fase de obras em Araripina, no Sertão. Todos os projetos aprovados exigem “compensação das vegetações suprimidas, com a preservação e recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas a serem acordadas com a CPRH”.

Segundo a Casa dos Ventos, empresa responsável pela implantação dos empreendimentos, as iniciativas representam um investimento de R\$ 3,7 bilhões e 3.500 empregos diretos devem ser gerados. Os valores incluem o Complexo Santa Brígida, inaugurado este ano na região de Caetés, no Agreste. “Ambientalistas criticam a empresa por 500 hectares de desmatamento em Caetés, mas omitem que levamos emprego e renda à população de alguns municípios que estão entre os piores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil”, explicou o diretor de Desenvolvimento Corporativo da Casa dos Ventos, Clécio Eloy. “A sociedade clama por energia limpa, e o impacto da usina eólica é irrelevante se comparado ao provocado pelas fontes de energia que usam

combustíveis fósseis”, complementou.

Contrário às matérias aprovadas, o professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Pernambuco Felipe Melo afirmou que “as empresas de energia eólica são bem-vindas, mas elas devem respeitar as leis ambientais que foram construídas com embasamentos técnicos”. Na opinião dele, o Código Florestal do Estado precisa de atualizações, mas elas devem ser feitas de maneira mais ampla e aprofundada. “As mudanças agora aprovadas foram feitas de forma cirúrgica, para atender a interesses urgentes”, criticou. O secretário estadual de Meio Ambiente, Sérgio Xavier, justificou a emergência das decisões. “Sustentabilidade não é só olhar para a caatinga, mas para as pessoas que vivem na miséria. Temos a necessidade de incluí-las rapidamente.”

Ainda segundo Felipe Melo, a modernização da legislação ambiental de Pernambuco traria mais “segurança técnica e jurídica, re-

quisitos que atraem empreendedores que atuam em prol do desenvolvimento sustentável”. Para isso, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, deputado Zé Maurício (PP), sugere a união de esforços de acadêmicos, juristas, investidores e legisladores. “O desenvolvimento sustentável passa pelo entendimento construído com a participação da sociedade. Não adianta criarmos projetos megalomaníacos que exijam degradação do meio ambiente nem ficarmos presos a legislações muito rígidas”, opinou.

Para o parlamentar, é urgente discutir a implementação da energia eólica em Pernambuco, Estado que se destaca nacionalmente por sua precariedade em recursos hídricos. “Nosso papel é buscar alternativas viáveis e fiscalizar para que os danos sejam os menores possíveis e os ganhos, compartilhados. Vamos ficar atentos a essas questões no trabalho da Comissão”, concluiu.



POLOS de DESENVOLVIMENTO

Um oásis à beira do colapso?

Em meio século, Vale do São Francisco se firmou como projeto bem-sucedido de fruticultura irrigada no Sertão

Helena Alencar

Uva, manga, banana, goiaba, acerola e coco verde. Em pleno Semiárido nordestino, no Vale do Rio São Francisco, a máxima do “em se plantando, tudo dá” pareceu se confirmar ao longo dos últimos 50 anos. A terra em que antes predominava a pecuária extensiva – o gado “criado solto” – e alguns cultivos, como os de algodão e feijão de corda, passou a receber investimentos para a agricultura irrigada em maior escala. Principalmente, a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959.

O cenário se consolidou com a instalação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) – hoje também do Parnaíba – no ano seguinte. “Inicialmente, o foco era as tecnologias de sequeiro, ou seja, a agropecuária dependente de chuva, como milho e feijão de corda”, relata o chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Semiárido, Flávio Souza.

Nos anos 1980, a região ganhou novo impulso direcionando inves-



RINALDO MARQUES

Há cinco anos, produção de frutas da região é ameaçada pela seca

timentos para a exportação de frutas frescas. “Com a evolução do Vale, houve migração das pesquisas para a introdução de cultivos irrigados. Agora estamos dando um novo passo com culturas de clima temperado, como pera, maçã e caqui”, explica. Segundo Souza, o papel da Embrapa é avaliar as variedades mais adaptadas ao ecossistema e os níveis mais adequados de irrigação e adubação. “Assim, conseguimos programar a safra de manga e melhorar o manejo das uvas finas de mesa”, acrescenta.

Hoje, a fruticultura irrigada e a agroindústria de vinhos finos são

a base da economia dos municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina, que, ao lado de Orocó, compõem a porção pernambucana do Vale. São 300 mil hectares contemplados pela tecnologia, nos quais se produz 99% da uva nacional e 85% da manga brasileira vendidas nos mercados estrangeiros. Juntas, essas cidades representam um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 2,8 bilhões, dos quais R\$ 2,2 bilhões estão em Petrolina.

Dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior apon-

tam que Petrolina já exportou o equivalente a US\$ 86,5 milhões, somente nos dez primeiros meses deste ano, duas vezes mais que o Recife. O município alcançou o segundo lugar em exportação no Estado – atrás apenas de Ipojuca, onde está o Complexo de Suape. Também é vice-líder na produção de vinhos no País, com sete vinícolas e sete milhões de litros da bebida por ano, o que representa 15% do mercado nacional.

Informações do Governo do Estado indicam, ainda, que o Vale reúne três mil produtores de frutas, gera cerca de 1,15 milhão de empregos diretos e indiretos em Pernambuco e na Bahia. Petrolina foi, ainda, a cidade que mais criou empregos em Pernambuco, de janeiro a agosto deste ano, com a abertura de 3.141 postos de trabalho, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego.

SECA

Meio século de investimentos públicos e privados na área enfrentam, desde 2010, uma estiagem que fez secar a Barragem de Sobradinho, um dos maiores lagos artificiais do mundo. O reservatório, principal fonte de água para os produtores, aproxima-se do volume morto. Para não interromper o fornecimento, balsas flutuantes estão sendo instaladas emergencialmente.

“As perspectivas são as piores. Mesmo esse sistema de captação só será capaz de operar com uma vazão total de 13,3 metros cúbicos por segundo, mas nossa demanda atual é de 16”, argumenta o gerente-executivo do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Dinc), Paulo Sales. A associação sem fins lucrativos administra uma estrutura pública de fornecimento de água para 2.322 produtores.

“Se essa situação se prolongar, todo mundo vai quebrar, pois o custo de energia vai chegar a R\$ 4 milhões com gastos com óleo diesel para manter o sistema funcionando.” Responsável por 120 mil empregos diretos, o Dinc representa 25% do PIB de Petrolina e produz 700 mil toneladas de frutas por ano.

A expectativa da Codevasf, órgão que montou a estrutura de irrigação administrada pelo Dinc e responsável pela instalação dos flutuantes, é menos sombria. “Sobradinho tem hoje cerca de 2,5% do volume útil, mas ainda há seis bilhões de metros cúbicos de volume morto. Não existe nenhuma restrição hídrica para o projeto”, afirma o gerente de Irrigação da Codevasf em Petrolina, José Barros. A obra da estrutura auxiliar de captação está em estágio avançado. “Mas só vamos acionar se houver real necessidade”, pontua.

Parlamentares atentos a problemas

“Para nosso povo, a fruticultura foi o caminho de transformação de uma realidade. Estamos localizados no meio do Sertão e, por isso, a escassez de água dificulta. Hoje, porém, somos conhecidos internacionalmente como um grande exportador de frutas. Precisamos garantir o desenvolvimento desse segmento.”



Miguel Coelho (PSB)
Presidente da Comissão de Agricultura da Alepe

“Mesmo nesse momento de crise em que estamos vivendo, a região segue gerando renda pela exportação de frutas. Num primeiro momento, atuamos na articulação com a Presidência da República, ministros e senadores para evitar o colapso de água na fruticultura. Agora, vamos focar na questão do saneamento, do zelo pelo Rio São Francisco.”



Odacy Amorim (PT)
Coordenador-geral da Frente Parlamentar pela Revitalização do Rio São Francisco e Demais Rios de Pernambuco.

“Participamos de debates frequentes sobre o plano de ação para revitalização do São Francisco, estando, inclusive, na Frente Parlamentar em defesa do rio. O Poder Legislativo está atento e utilizando seus mecanismos para reduzir os efeitos da estiagem, como a destinação de emendas parlamentares para garantir investimentos em infraestrutura hídrica na região.”



Lucas Ramos (PSB)
Integrante da Frente Parlamentar pela Revitalização do Rio São Francisco e Demais Rios de Pernambuco.